

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

FALANTES NATURAIS VERSUS LÍNGUA PADRÃO

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA

mg

BIBLIOTECA	
UNIVERSITAT	
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT	
RG N°	7475
Data	06 / 11 / 02

81'27
57598
Ex 1
C 32563480

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

FALANTES NATURAIS VERSUS LÍNGUA PADRÃO

Ensaio Monográfico apresentado à
UNEMAT/Campus de Pontes e Lacerda como
requisito final para a obtenção do grau de
Licenciado em Letras.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a uma pessoa muito especial que soube compreender minhas falhas e ajudou-me nas necessidades durante o curso, a professora Cleunice Maria de Andrade Silva.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo empenho para que eu pudesse concluir o segundo grau e ingressar numa faculdade;

A minha esposa e filhos que souberam compreender-me nos momentos difíceis que passamos e principalmente pela falta de tempo para proporcionar-lhes o carinho que merecem;

Aos professores, coordenadores e funcionários da UNEMAT, pelos anos de convivência;

Aos colegas de classe e amigos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste curso.

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua.

POSSENTI (2001:30)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	8
SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	14
LÍNGUA VERSUS GRAMÁTICA.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
BIBLIOGRAFIA.....	22
ANEXOS.....	23

APRESENTAÇÃO

A escolha do tema para a produção deste trabalho monográfico surgiu da necessidade de mostrar ao leitor que o falante natural de uma língua adquire a gramática dessa língua materna a partir da aquisição da mesma.

Mostraremos neste ensaio o pensamento de alguns estudiosos da língua, entre eles: Sírio Possenti, Marcos Bagno, Mário Perini, Celso Pedro Luft e outros, sobre o tratamento que tem sido dado ao ensino da língua e da gramática.

A nossa pesquisa tem como objeto a fala de pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade e também a escrita de uma pessoa com muita vivência de mundo e pouco conhecimento científico.

Todo o material que serviu como *corpus* para a realização deste, encontra-se em anexo.

Na sistematização dos dados tecemos comentários mais detalhados sobre o objeto de análise desta produção.

Sabemos que toda leitura é polissêmica e por isso mesmo não temos a pretensão de que o leitor sairá convencido com a exposição de nossas idéias, mas certamente é a partir delas que você buscará um maior aprofundamento.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O ser humano desenvolveu a capacidade de falar há milênios antes da escrita. A língua escrita nasceu da necessidade de registrar os fatos para preservá-los para as gerações posteriores e inicialmente era esta a sua única função, que não dependia de normas e também não pretendia reger ou dominar a língua falada. Com base nesta afirmação procuraremos aqui apresentar algumas definições de gramática e de língua, na tentativa de mostrar que o ensino de língua, no caso, a língua portuguesa falada no Brasil, é o ensino da gramática normativa e que, devido a isso, não consegue atingir seu objetivo maior que é: *fazer com que o aluno aprenda a ler e escrever bem*, conforme sugere PERINI (2001:50).

Começaremos pela gramática internalizada, que FRANCHI (apud TRAVAGLIA 1991:28), diz:

Gramática corresponde ao saber lingüístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica.

No sentido acima vemos que Franchi comunga das mesmas idéias que Possenti, 2001. Para este último, uma criança psicologicamente normal, de apenas dois anos de idade, já sabe falar a língua materna num elevado grau de totalidade a ponto de formular frases completas e complexas, sem que a mesma tenha passado escolar, ou seja, a criança faz o processo de aquisição da língua materna pela audição, e com isso lhe é transmitido, inconscientemente, a gramática internalizada, que o falante natural da língua materna utiliza para formular suas frases dependendo da necessidade de expressar-se. Neste caso, a criança ou o falante não alfabetizado, usuário da língua não-padrão, utiliza-se de duas outras formas da gramática: a

intuitiva e a comparativa, levando este falante a aplicar regras generalizantes quando aprende uma regra da língua *padrão* ou *norma culta*.

PERINI comparando o processo de falar com o de andar diz:

O que nos interessa aqui é o seguinte: sou detentor de um conhecimento implícito altamente complexo e eficiente, e nesse sentido pode-se dizer que tenho muito pouco a aprender no que se refere a andar. O que não sei é explicar o que faço para andar: não conseguiria dar uma aula a respeito ou colocar tudo no papel. PERINI (2001:12).

Vemos que, segundo Possenti, a criança aprende a gramática internalizada, pela audição em situação informal, podemos trabalhar então, a aquisição da língua *padrão* ou *norma culta* através do mesmo processo, expondo o aluno a textos gramaticalmente bem elaborados, para que esse aprenda, pelo processo da leitura, a produzir textos dentro da *norma padrão*.

Veja o que sugere PERINI:

Vamos parar de prometer coisas que não podemos cumprir: vamos reconhecer de vez que estudar gramática não é um dos meios (muito menos o meio) de se chegar a ler e escrever melhor. A gente aprende a escrever escrevendo, lendo, relendo e reescrevendo; (...) PERINI (2001:54,55).

A segunda exposição de gramática que abordaremos é a gramática descritiva, que POSSENTI (2001:69) assim define: *conjunto de regras que são seguidas – (...) cuja preocupação é descrever e ou explicar as línguas tais como elas são faladas.*

Como diz a definição: *regras que são seguidas*, a gramática descritiva não tem a pretensão de reger ou regular a fala ou a escrita, mas simplesmente trazer ao conhecimento do falante de uma língua o processo pelo qual esse falante utilizou-a para resolver seus problemas de comunicação, assim, a gramática descritiva não obriga ao falante ou escritor de uma determinada língua materna a atualizar sua ortografia, visto que:

A ortografia oficial é fruto de um gesto político, é determinada por decreto, é resultado de negociações e pressões de toda ordem (geopolíticas, econômicas, ideológicas). BAGNO (1999:123).

Isto posto, significa dizer que, podemos encontrar pessoas, principalmente as idosas e não alfabetizadas, empregando termos ou palavras que não são utilizadas na norma padrão atual, mas que eram em suas épocas e permaneceram em seus vocabulários, e ao utilizarem-nas são ridicularizadas por falantes tidos como “cultos” na linguagem atual.

A definição da gramática normativa segundo NICOLA e INFANTE (1999:21) é a seguinte:

O ideal da expressão correta (...) cujas regras se baseiam nas obras dos grandes escritores. Criam-se, dessa maneira, os critérios de 'certo' e 'errado' gramaticais, considerando-se correto aquilo que obedece ao padrão culto da língua.

Outro conceito da gramática normativa, de acordo com POSSENTI (2001:64), é: *conjunto de regras que devem ser seguidas.*

É interessante lembrar que a gramática foi criada pelos filósofos helênicos (gregos) com o intuito de preservação da pureza da língua e para regular a língua escrita, pois consideravam que essa já apresentava muitas diferenças em relação à língua utilizada por escritores antigos. Vemos que os escritores do passado, tidos como exemplos de boa escrita, não tinham a pretensão de influenciar no processo evolutivo da língua, pois em seus tempos não existiam gramáticas normativas que ditassem regras de como *escrever ou falar bem*. Existia sim, a gramática internalizada do falante natural de uma língua, que escritores como “Homero”, “Virgílio” e “Platão”, entre outros de suas épocas utilizavam para escrever suas obras e deixá-las como exemplo ou *padrão* de boa escrita.

Conseqüentemente, sugerir que a gramática normativa tende a segurar o processo de evolução da língua falada, não seria um absurdo, pois ao buscar no

passado modelos de boa escrita para ser utilizado por falantes ou escritores atuais que não viveram aquele contexto histórico social, faz com que o indivíduo falante da língua retroceda no tempo e não acompanhe o seu processo evolutivo.

POSSENTI em seu livro “Por que (não) ensinar gramática na escola”, dá a seguinte definição de língua em relação à gramática normativa: *a língua corresponde às formas de expressão observadas produzidas por pessoas cultas, de prestígio.* (2001:74).

Creemos que a maioria dos professores de língua, no caso a língua portuguesa falada no Brasil, querem remover de seus alunos o falar utilizado cotidianamente, ou seja, a *língua não padrão*, para tentar impor, pelo estudo da gramática normativa, a língua falada pela classe social tida como *culta*.

Diante de tal situação, podemos observar que, como sugere BAGNO, (1999:40,52), a definição de língua segundo a gramática normativa se enquadra em dois dos oito mitos que o autor relaciona, a saber: *as pessoas sem instrução falam tudo errado* e *é preciso saber gramática para falar e escrever bem*.

De acordo com os pressupostos teóricos do referido autor não é necessário saber gramática para saber ler e escrever bem, porque se assim o fosse, como dizer dos escritores antigos ou “arcaicos” que em seus tempos não existia gramática normativa e que escreveram obras tão perfeitas que a própria gramática normativa utiliza como modelo de boa escrita, como já relatamos.

Em consonância com tal afirmação vemos que:

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua. POSSENTI (2001:30)

Nessa perspectiva a gramática descritiva tem outra visão da língua, para esta, *a língua é considerada um fato a ser descrito e explicado*. POSSENTI (2001:75). O referido autor afirma ainda que a língua pode ser influenciada por fatores externos como: fatores geográficos, os de faixa etária, os de classe social, de sexo, de grau de instrução, de profissão, entre outros.

O problema é que a “grande maioria das escolas” não é habilitada a trabalhar com essas diferenças e quer que o aluno seja de igual nível, tanto o da classe social prestigiada, que se alimenta bem, que tem tempo para fazer as tarefas escolares extraclasses, quanto o da classe social marginalizada que vai para a escola por causa da merenda com que se alimenta para passar o dia, que trabalha durante o outro período para sustentar os irmãos menores, que convive com grupos de pessoas semi-analfabetas ou na maioria das vezes totalmente analfabetas, como sugere ALMEIDA in GERALDI (2001:16).

Muitas vezes a escola esquece que educação é um problema social, e encara-o como problema pedagógico. Sem o menor respeito pelas condições de vida de seus frequentadores, impõe-lhes modelos de ensino e conteúdos justamente produzidos para a conservação dessa situação injusta, indecente, ...

Vemos que o conceituado gramático Luft, em sua Moderna Gramática Brasileira (1924:1), já admitia que *a linguagem pode ser (re)criada pelo homem*. Ora, se essas palavras foram ditas por um gramático é porque precisamos cada vez mais repensar os nossos conceitos sobre a linguagem, porque sem ela o homem jamais comunicaria com seus semelhantes. Nas palavras de Luft: *o homem é um ser de linguagem*.

A concepção de que é necessário saber gramática para ter *sucesso em concursos e bom desempenho social e profissional e como instrumento de ascensão social e segurança*, conforme encontramos em TRAVAGLIA (1997:102), é válida

até certo ponto, pois jamais encontramos uma criança de sete ou oito anos concorrendo a concursos públicos, então, como explicar que nas séries iniciais a gramática seja um dos pontos principais do ensino da língua? Na continuidade do trecho acima citado, o referido autor dá a resposta para o estudo da gramática como *utilizável para nada*.

Em conformidade com Travaglia, lemos uma citação de Luft que diz:

Um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo. LUFT in BAGNO (1999:63).

Observamos que Luft, convicto dos traumas que o ensino de gramática nas séries iniciais pode provocar na vida do aluno, por tentar ensinar aquilo que ele já sabe e já adquiriu quando aprendeu a falar a língua materna, sugere que o ensino de gramática seja modificado nas práticas pedagógicas.

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

As entrevistas gravadas que constituíram-se no *corpus* deste Ensaio Monográfico foram coletadas sem que os entrevistados soubessem, agimos desta forma para que os mesmos não tentassem mudar suas falas. Todavia ao término das entrevistas o fato foi relatado aos entrevistados os quais concederam-nos o material para a elaboração deste.

O texto escrito que também é objeto de análise nessa produção fora recebido como correspondência numa carta social, particular.

A fim de preservarmos a identificação das pessoas (falantes/escritor) não citaremos os nomes dos mesmos.

A título de esclarecimento, antes de cada entrevista faremos uma pequena contextualização, objetivando facilitar a compreensão do leitor.

Vale ressaltar que procuramos registrar nas transcrições das falas, a maneira como realmente o entrevistado disse. Para a referida transcrição baseamo-nos nas sugestões do livro *Fonética e Fonologia do Português*.

LÍNGUA VERSUS GRAMÁTICA

Para melhor mostrar o que abordamos na teorização e com o intuito de comprovar o que salientamos até agora, passaremos a analisar algumas falas de pessoas em situação informal.

Começaremos a análise pelo falante “A”. Apesar da pouca escolaridade do mesmo, notamos que este falante natural consegue ser coerente em sua fala, pois o mesmo transmite com clareza a sua mensagem. Outro fato importante é que este consegue conjugar o verbo no tempo e pessoa corretos, *eu fui; eu conversei; eu falei; eu ganhu; eu sô; meu ganhu é; eu falu*. A narrativa mostra-nos que, por tratar-se de um fato ocorrido, o falante em momento algum utiliza o futuro dos verbos, divide sua narrativa entre o passado e o presente. Observe os recursos que o entrevistado utiliza: *Eu falei: “Y”¹, u dinheru qui eu ganhu*. Continuando, vemos que o falante consegue diferenciar um verbo de um substantivo *eu ganhu* (verbo); *meu ganhu* (substantivo), constatamos aqui que o entrevistado sabe fazer até análise morfosintática, que comprova o que BAGNO (1999:124) diz:

Todo falante nativo de uma língua é falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não as regras da língua.

O falante faz ainda constantes trocas das vogais “e” e “o” pelas semivogais “i” e “u”, principalmente nos finais de palavras, julgamos que isso seja para facilitar a pronúncia, dando-lhes um aspecto rítmico *u dinheru qui eu ganhu; nun tenhu cundiçãw de pagar u asfaltu*. Nos encontros vocálicos o referido falante não pronuncia a semivogal que não tem sonoridade *meu ganhu é pocu; eu sô fracu*.

¹“Y” utilizado para omitir a identificação da pessoa a quem o entrevistado se refere.

Mesmo não sabendo a função que o vocativo exerce, segundo a Gramática Normativa (GN), o falante utilizou-o no seu texto, “Y”, *u dinheru qui eu ganhu hoji*, comprovando a sugestão de PERINI (2001:12) que comparando o processo de falar com o de andar diz que embora não conheça como se realiza esse processo, ou melhor, não seja capaz de explicá-lo, consegue andar normalmente.

Na análise da fala do entrevistado “B” também não encontramos dificuldades na conjugação verbal quanto ao tempo *A di Cajamá é; (eu) fui duas veiz; (eu) gostei bastanti; e modo A di Cajamá é; todas sãw*. Embora o falante “B” apresente problemas com a concordância de número *duas veiz; duas ô três veiz*, e a repetição de “vícios de linguagem”. cremos que isso ocorra porque o falante que ter certeza de que sua mensagem fora compreendida pelo interlocutor *intendeu?!; tendeu?!.*

Notamos que esse falante apesar de ter vivido em cidade mais desenvolvida, no caso, São Paulo, não apresenta ter o hábito de ler textos literários, o que fica marcado pela repetição dos “vícios de linguagem”, todavia, acreditamos que, conforme sugere PERINI (2001), uma boa dose do santo e milagroso remédio da leitura de textos bem elaborados, acompanhado de uma dieta balanceada de produções de textos, re-leituras e re-produções de textos resolvam o problema.

Observamos nas falas dos entrevistados “A” e “B”, a ocorrência dos fenômenos que POSSENTI (2001:76) relaciona como fatores que podem influenciar no processo da fala, a saber: fatores geográficos, os de faixa etária, os de classe social, de sexo, de grau de instrução, de profissão, entre outros.

Na continuidade, analisaremos um texto escrito por um senhor de idade já avançada e que cursou apenas a primeira série primária, com a idade de oito anos, numa cidade do interior de Pernambuco.

Notamos através do texto que o referido autor, que doravante denominamos falante “C”, tenta reproduzir a imitação do som pronunciado na sua fala *in Rodonia;*

a viagi; aQim esta Bom com Saude; pergunto por voce; Qando vorto poQe esto Qoleno (queda dígrafo *lh* e da consoante labiodental *d* que forma o gerúndio *ndo*=colhendo).

Embora o texto seja marcado integralmente por desvios ortográficos o autor é coerente, pois em momento algum há contradição de idéias. Este por ser um falante “econômico”, o que vem ao encontro dos pressupostos teóricos de BAGNO (1997:47) não pronuncia e nem escreve semivogais que não apresentam sonoridade, *Qando vorto poQe esto Qoleno; i vô peca No Rio ta dado muito peixe*, porém, no momento em que a semivogal tem som é pronunciada/escrita normalmente *eus i daura; com Saude; cacau; agua de cocô*.

É importante lembrar que o falante “C” sofre do processo de hipercorreção, pois, na tentativa de acerto, escreve a mesma palavra com grafias diferentes *Bate/Baite; peixe/pexi; Qilo/kilo; Aqim/aQuim*.

Vemos que o autor é conhecedor da regra padrão, ou seja, da norma culta que diz: nomes próprios devem começar com letra maiúscula, pois em seu texto apenas duas vezes utilizou letra minúscula para iniciar um nome próprio (pessoas e lugares) e aplicou essa regra até quando se referia a pessoa por apelido (generalização), *Joze Roberto; Rodonia; daura* (Daura); *Bate* (apelido); *Nena* (apelido); *Antonio; miuto* (Milton); *Ugor; Rio* (rio=lugar onde irá pescar).

A troca de fonemas com sonoridades parecidas como: “z” no lugar de “s”, “q” por “c” e “g” em vez de “j”, *Joze* (José); *Qoleno* (colhendo) *laraga* (laranja); *gacare* (jacaré), comprova que o falante “C” tenta reproduzir sua fala na escrita, como referimos anteriormente.

Sabemos que durante o período letivo freqüentado pelo falante “C”, primeira série primária, não se costuma cobrar e nem ensinar o tempo verbal no gerúndio, todavia, o falante “C”, na necessidade de relatar um fato que estava acontecendo,

utilizou-se de sua gramática “internalizada” e escreveu: *eus não seis Qando vorto poQe esto Qoleno* (estou colhendo) *cacau i cafe mais Baite i vô peca No Rio ta dado* (está dando) *muito peixe*. Isso comprova a teoria de PERINI (2001:13) que diz: *Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua*.

Um fato que chamou-nos atenção foi à omissão dos sinais de pontuação, isso certamente mostra o não contato do falante com a leitura. O sinal de pontuação que realmente ele usa é a palavra *fim*, substituindo o ponto final para encerrar o assunto da carta, essa palavra demonstra que não há mais nada a ser dito.

Para complementar esta análise, passaremos a fala de uma criança de quatro anos de idade e que ainda não freqüentou a escola.

Ao narrar a história de um certo personagem aqui denominado “L”², a criança expressa-se da seguinte forma: *Ele pegô um lobô!*. Percebemos a partir desta frase, que o entrevistado, que denominamos falante “D”, é conhecedor do sistema de formação da língua portuguesa, o sistema SVO (sujeito-verbo-objeto), sem que lhes seja ensinado da forma tradicional como vemos na “sala de aula”, onde o aluno irá aprender a nomenclatura dada pela gramática para cada parte da oração.

A entonação da frase *Ele pegô um lobô!*, possibilita-nos afirmar que o autor produziu uma frase afirmativa exclamativa. Afirmativa porque diz que “L” pegou um peixe, ação concretizada no passado, marcada pela presença do verbo ‘pegar’ conjugada na terceira pessoa do singular *pegô*. E exclamativa porque o autor tenta passar para seu interlocutor, através de sua fala, a sensação de euforia por “L” ter capturado um peixe.

Continuando, observamos a facilidade com que o falante “D” conjuga os Verbos no tempo e pessoa, *Ele pegô; Eu gostu mais meu pai nãw mi levô pra mim*

²“L” utilizado para omitir a identificação da pessoa a quem o entrevistado se refere.

³“G” utilizado para omitir a identificação da pessoa a quem o entrevistado se refere.

pescar; “G” pegô; ele comprô; meu pai derramô; ele bebeu; (ele) Ficôôô.

Comprovando o que sugere POSSENTI (2001:47) que diz:

... de qualquer forma temos que reconhecer que os adultos não propõem exercícios de linguagem às crianças na vida cotidiana. Deixados de lado detalhes, o que podemos observar é que ocorre um uso efetivo da linguagem, um uso sempre contextualizado, uma tentativa forte de dar sentido ao que o outro diz etc.

Observamos também que nas construções de frases complexas como: *u “G” pegô um barcu... ele comprô um barcu... agora... aí u meu pai derramô a pinga dele... nu riu...*, onde faz a substituição do sujeito por pronome, o falante “D” não se confunde na conjugação verbal, mostrando que tem um grande domínio dos pronomes pessoais e possessivos. Observamos que a construção do falante “D” tem concordância de tempo, de número e de pessoa dentre outras. Neste caso, cabe a escola o dever ensinar a *língua padrão escrita* que o falante ainda não possui, como tão bem relata POSSENTI (2001:32).

... a função da escola é ensinar o padrão, em especial o escrito. Até porque, quando a escola ensina, o que ela ensina mesmo é a modalidade escrita dessa língua, mas não propriamente a língua.

Podemos observar que nas falas dos quatro entrevistados, ocorrem desvios que a GN da língua portuguesa considera gravíssimos para falantes da língua materna, o que nos leva a refletir se: *será que falamos a mesma língua que escrevemos ou lemos?* PERINI (2001:33). Cremos que se analisarmos estes textos à luz da teoria de POSSENTI (2001), consideraremos que os referidos entrevistados são portadores de um *conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua*. Conhecimento este que faz de uma criança, um analfabeto, um alfabetizado ou um doutor, autores de textos maravilhosos que retratam o contexto sócio-cultural e histórico de uma sociedade tão ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos aqui transmitir a idéia de sermos contra o ensino da língua padrão nas escolas de ensino básico. Ao contrário, acreditamos na necessidade da variedade da língua padrão, para que “textos escritos” por escritores de qualquer região do país, sejam entendidos por qualquer leitor dessa mesma nação. E para isso entendemos que o único lugar possível para que o aluno aprenda a norma culta padrão é a escola.

Consideramos que a forma de ensinar a norma culta calcada somente na gramática normativa é completamente ~~aversiva~~ ^{avérsiva} à finalidade que se propõe: o ensino da língua portuguesa, por criar nos alunos traumas que podem prejudicá-los por toda a vida. Os traumas na maioria das vezes acontecem porque alguns professores ignoram a língua natural do aluno.

O que sugerimos é que o ensino da norma culta seja diferente, do que é ensinado hoje na maioria das escolas. Vemos a necessidade do aluno aprender a variedade padrão sem o “trauma da gramática normativa”, gostando do estudo da língua, para que o mesmo não perca sua identidade lingüística.

Quando mencionamos, à luz de renomados teóricos, que a criança aprende a gramática internalizada através da audição, em situação informal, sugerimos também que se trabalhe a aquisição da norma padrão pela leitura de textos gramaticalmente corretos, para que o referido aluno entenda na realidade como funciona a gramática da língua.

Creemos que o tempo utilizado nas aulas para as divisões e a complicada nomenclatura das partes da gramática, poderá ser utilizado com leituras, debates, re-

leituras e produções de textos, pois é com a aplicação desses recursos que verificaremos se verdadeiramente o aluno está utilizando a norma padrão.

Cabe aos professores o auxílio a seus alunos quanto à familiarização destes com a norma culta padrão. Para tal, faz-se necessário que os orientadores sejam capazes de discernir as construções gramaticais ou agramaticais de seus educandos e, com isso, orientá-los para o uso competente da tão sonhada norma culta padrão.

BIBLIOGRAFIA

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolingüística*. São Paulo: Contexto, 1997. www.marcosbagnos.com.br

_____. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *Português ou brasileiro? um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.

GERALDI, João Wanderley (org). *O texto na sala de aula*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

NICOLA, José de. INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15.ed. São Paulo: Scipione, 1999.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 13.ed. São Paulo: Globo, 1996.

PERINI, Mario A. *Sofrendo a gramática*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

SILVA, Thais Cristóvão. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudo e guia de exercícios*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

http://www.cnpq.br/gpesq2/garea6/apg801/reg_se/uf_sp/i_unicamp/g

www.marcosbagnos.com.br

ANEXOS

ANEXO I

Contextualização: nesta entrevista o falante “A” comenta sobre melhorias que a cidade de Pontes e Lacerda vem apresentando na gestão do atual prefeito Nelson Miura, referindo-se à taxa de pagamento do asfalto cobrado dos moradores:

Quando eu fui cunversá, eu cunversei cua “Y”. Eu falei: “Y”, u dinheru qui eu ganhu hoji, u qui ganhu hoji aqui é pra nóis cumê, eu num tenho cundiçãw de pagá asfaltu, meu ganhu é pocu, num tenho cundiçãw! eu sô fracu. Eu falu purquê... Sabe u qui é né, nun tenho cundiçãw de pagá u asfaltu...

Obs.: Procuramos registrar foneticamente os sons de acordo com a pronúncia do entrevistado.

ANEXO II

Contextualização: o entrevistado “B” era recém-chegado à cidade de Pontes e Lacerda, e tendo em vista estarmos iniciando a 10ª Exposição Agropecuária, pedimos para que o mesmo tecesse um comentário sobre outras festas de exposições que o ele tivesse participado.

“Bom! A di Cajamá é muito boa, entendeu?!, fui duas veiz. Gostei bastanti, bem movimentada, bem organizada, uma tropa boa também, entendeu?!, é bem famosa também, entendeu?!. Agora já da nossa cidadi.... todas sãw fraca, sãw nu mínimu nem pertu daqui... tendeu?! É bem mais fracú lá! Du interior,... acompanhei duas ô três veiz a da minha cidadi... entendeu?! Agora a di Cajamá nãw!... Bem melhor! Agora colocandu com essa daqui eu não sei heim! Só indu mesmu nu dia da festa pra você vê u movimentu, vê tudu qui é, qui num é... mas eu acredito quê... pior eu acredito qui num seja... colocu mais ô menus igual pelu movimentu...”

Obs.: Procuramos registrar foneticamente os sons de acordo com a pronúncia do entrevistado.

Dora Roberto Xegui in Rodonio
 sua e filha foto Boa antiq
 a dim esta Bor com suade
 a dim esau a migo Perquito
 por noz Bate Nera Sava
 aditório e muito cigo
 e do do Sava a migo
 for sua não São Condo Noto
 Poa Lato Oolano Cacao e
 Cafe novo Bate rito Poca
 do Rio ta dado muito Perre
 for Roberto no garla e
 muito Boa a dim tem muita
 forta na Langa aigua de co
 Bate ta sua Lato felis Poer
 não mi foto nota a dim
 a formu e toda Poer
 a dim tem Perito de 20 kilo
 Poca pitado Poca de 2 kilo
 tem Gococor, a Ken de 12 metro
 tem Carado Para Poca fim
 28-6-2002 a 55 fenario,

denominado falante "C".

Contextualização: este texto é a reprodução de uma carta escrita por um amigo,

Para melhor entendimento do leitor traduzimos a carta anterior.

José Roberto, cheguei em Rondônia eu e Daura, foi boa a viagem. Aqui está bom, com saúde. Aqui os seus amigos perguntam por você, Baité (apelido), Nena (apelido), seu Antônio e Milton, Ugo e todos seus amigos.

José, eu não sei quando volto porque estou colhendo cacau e café com o Baité e vou pescar no rio, está dando muito peixe.

José Roberto, na gleba é muito bom, aqui tem muita fartura, laranja, água de coco e batata. Eu estou feliz porque não me falta nada aqui.

Na família é todos por um.

Aqui tem peixe até de 20 quilos, pacu, pintado, piara de 2 quilos, tem jacaré até de 12 metros. Tem cavalo para passear. Fim. 28-06-2002

ANEXO IV

Contextualização: entrevista de uma criança do sexo masculino, com idade de quatro anos e filho de pais que não concluíram o primeiro grau o mesmo fora denominado de falante “D”.

Entrevistador - E a história do “L”? Conta à história do “L” pra eu dormir.

Entrevistado - Ele pegô um lobó!

Entrevistador - Ele pegou um lobó?

Entrevistado - Sim...

Entrevistador - Você gosta de pescar?

Entrevistado - Eu gostu mais meu pai nãw mi levô pra mim pescar.

Entrevistador - Hã?

Entrevistado - Meu pai nãw mi levô pra mim pescar.

Entrevistador - Não levou você?... por quê ele não te leva pra pescar?... por quê?

Entrevistado - Porque nãw, uai... u “G”... u “G” pegô um barcu... ele comprô um barcu... agora... aí u meu pai derramô a pinga dele... nu riu...

Entrevistador - E aí?

Entrevistado - Hum... aí ele bebeu nãw!

Entrevistador - Ele bebeu não?

Entrevistado - Nãw.

Entrevistador - Ele ficou bravo?

Entrevistado - Ficôôô... ele comprô u barcu...

Obs.: Procuramos registrar foneticamente os sons de acordo com a pronúncia do entrevistado.